

OS PROFESSORES NA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLAR

*Ionara da Paixão Tavares Nascimento*¹
Universidade Cândido Mendes - UCAM

*Gleydson da Paixão Tavares*²
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

Resumo: O sucesso do gerenciamento das unidades de ensino depende, dentre outros fatores, de um planejamento educacional de qualidade que possibilite as condições necessárias para o alcance dos seus propósitos. Para tanto, se faz necessária à construção democrática de um Projeto Político Pedagógico (PPP) que atenda às reais necessidades da escola e da comunidade que a compõe. Este trabalho analisa a participação do professor na elaboração e na execução do Projeto Político Pedagógico de uma unidade escolar. Para atender os objetivos propostos, contou-se com o referencial teórico Alonso (1988); Vasconcellos (2004), Padilha (2001), Gadotti (2000), dentre outros. A abordagem desse estudo foi realizada através de uma pesquisa quantitativa, na qual foi privilegiada a análise dos dados coletados, por meio da aplicação de questionário. A amostra foi composta por 10 professores que atuam no segundo segmento do ensino fundamental, de uma escola da rede pública municipal, do extremo sul da Bahia. Os resultados obtidos revelaram que: 40% dos professores não são estimulados e convidados a participarem do Projeto da escola, e 20% só às vezes; 70% disseram que o diretor não apresenta ou às vezes apresenta perfil democrático; e 50% dos docentes não se envolvem e nem se comprometem com a execução do PPP. Assim, concluiu-se que os professores precisam engajar-se mais com a materialização do Projeto Político Pedagógico. Por outro lado, o gestor educacional necessita adotar posturas mais democráticas para possibilitar maior envolvimento do corpo docente na elaboração do PPP e assegurar, desta forma, o comprometimento efetivo em sua execução.

Palavras-chave: Docente. Escola. Planejamento.

1 INTRODUÇÃO

As instituições de ensino têm um papel fundamental para a construção da sociedade por meio de sua responsabilidade de formar cidadãos críticos e conscientes de sua responsabilidade enquanto ser social. Segundo Libâneo (1998, p. 39) o seu papel é atuar na preparação do aluno para o mundo adulto e suas contradições, fornecendo-lhes um

¹ Especialista em Administração Escolar pela Universidade Cândido Mendes (UCAM); Escola Frei Calixto (Brasil). ionaratavares@yahoo.br

² Especialista em Gestão em Recursos Humanos e Docência do Ensino Superior pela Universidade Cândido Mendes (UCAM); Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC (Brasil). guedo@uesc.br

instrumental, por meio da aquisição de conteúdos e da socialização da sociedade. Partindo desse pressuposto, percebe-se que as escolas precisam cada vez mais e de forma organizada estabelecer diretrizes para cumprir seu objetivo maior que é educar.

Dessa forma, as instituições de ensino devem estruturar suas ações por meio do planejamento que é indispensável para o cumprimento do seu papel. Padilha (2001) esclarece que o ato de planejar é proveniente de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação; é um processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios (materiais) e recursos (humanos) disponíveis, visando à concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações.

Nesse sentido, o planejamento educacional é de suma importância para nortear os caminhos que as instituições de ensino devem seguir para obter êxito em suas ações. Na percepção de Turra (1993) ele é um processo contínuo que visualiza onde se quer chegar e quais os melhores caminhos a serem percorridos, considerando o presente e possibilidades futuras, com objetivo de atender tanto as necessidades de desenvolvimento da sociedade, quanto do indivíduo.

Para tanto, se faz necessária à construção de um Projeto Político Pedagógico - PPP que atenda às reais necessidades da escola e da comunidade que a compõe. O plano pedagógico terá a identidade de cada instituição educativa, com seus princípios, por um período determinado, ou seja, sendo planejados para serem desenvolvidos num tempo maior e servindo de orientação para a elaboração dos outros planejamentos, que serão feitos e refeitos, de acordo com as mudanças ocorridas no sistema.

Para Veiga (2001), o projeto pedagógico não é um conjunto de planos e projetos de professores, nem somente um documento que trata das diretrizes pedagógicas da instituição educativa, “mas um produto específico que reflete à realidade da escola, situada em um contexto mais amplo que a influencia e que pode ser por ela influenciado”.

Para que o Projeto Político Pedagógico retrate de fato a realidade da escola ele deve ser concebido com a participação de todos que a compõe e da comunidade em que a instituição de ensino está inserida. Essa interação é indispensável, pois certamente contribuirá para o comprometimento na materialização do PPP. Por outro lado, o gestor educacional é de fundamental importância nesse processo. Ele deve conduzi-lo de forma democrática, motivando e estimulando a todos para que se comprometam não somente com a elaboração, mas também com a execução do Projeto Político Pedagógico.

Este estudo tem como objetivo analisar a participação do professor na elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico de uma unidade de ensino do extremo sul da Bahia. Adotou a abordagem da pesquisa quantitativa, na qual foi privilegiada a análise dos dados coletados, por meio da aplicação de questionário. A amostra foi composta por 10 professores que atuam no segundo segmento do ensino fundamental, de uma escola da rede pública municipal, do extremo sul da Bahia.

Este artigo está estruturado em três partes: inicialmente foi realizada uma breve discussão sobre o planejamento educacional. Logo após, discorreu-se sobre o projeto político pedagógico. E, por fim, foi delineado o percurso metodológico, os resultados e apresentadas algumas considerações sobre o estudo.

2 O PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

Planejar é um ato que está presente todo o tempo em diversas ações que o ser humano desenvolve no cotidiano. Sob essa perspectiva, Leal (2006, p. 01), afirma que o planejamento é um processo que requer “organização, sistematização, previsão e decisão” com o intuito de garantir a eficiência e eficácia de uma ação que seja desenvolvida em menor ou maior nível.

Assim como o planejamento está presente em variadas esferas da sociedade, com o setor educacional não seria diferente. A esse respeito, Leal (2006), informa que o planejamento escolar possui um caráter político e pedagógico, pois traz em seu bojo intenções e finalidades, uma vez que explicita o que a escola tenciona realizar e o que pretende alcançar.

Dessa forma, por conta de ser um espaço de gestão, é necessário que os profissionais envolvidos no processo educacional planejem as ações que desejam executar, haja vista que as atividades desenvolvidas no cotidiano escolar não são aleatórias, nem executadas ao acaso. A prática escolar é ou deve ser organizada, sistematizada e é através do planejamento que se estabelecem as diretrizes de ensino, as competências e habilidades que se espera que os alunos desenvolvam, bem como os métodos a serem utilizados para se alcançar esse fim e os mecanismos de avaliação do processo de ensino-aprendizagem.

No caso da escola, o docente ao integrar-se com a equipe educacional procura conhecer os valores da escola, seu Projeto Político Pedagógico e tenta articular sua visão educacional à proposta da unidade de ensino. Sendo assim, seu planejamento educacional deve visar à formação de cidadãos tal como aquela unidade de ensino pensa e sua prática pedagógica se dará de forma organizada e pautada nesse planejamento.

De acordo com Antônio Ney (2009), o professor que entra na sala sem um planejamento educacional se assemelha a uma pessoa que entra numa selva sem bússola ou mapa. A pessoa entra com coragem, mas possivelmente se perderá durante o percurso e começará a andar em círculo, de modo que sem a ajuda externa jamais conseguirá sair da floresta e achará que todas as árvores são iguais. Assim se porta o professor que adentra em sala de aula sem ter feito um planejamento.

Não planejar é desrespeitar as diretrizes educacionais, pois conforme preconiza o artigo 13 da LDB 9.394/96 compete aos professores a responsabilidade de elaborar, executar e propor o planejamento de ensino.

Vê-se que a legislação educacional acima citada estabelece algumas atribuições de responsabilidade do professor. Ao docente compete participar da construção do Projeto Político Pedagógico da escola, elaborar seu plano de trabalho em consonância com o Projeto Político da unidade escolar onde atua, se comprometer com o processo de ensino aprendizagem dos alunos, cumprir sua carga horária anual e participar dos momentos de planejamento e estabelecer seu programa de ensino.

De acordo com Nérici (1988, p. 223), o planejamento de ensino possui alguns objetivos mais significativos, que são

dar uma visão global e detalhada do ensino a ser levado a efeito em uma atividade, área de estudo ou disciplina; racionalizar as atividades docentes e discentes; tornar o ensino mais eficiente; tornar o ensino mais controlado; conduzir os educandos mais seguramente para os objetivos desejados; possibilitar um acompanhamento mais eficiente dos estudos dos educandos; evitar improvisações; entre outros.

Observa-se, então, que o planejamento serve como uma guia para orientar o trabalho docente. Contudo, ele não é imutável, ao contrário, pode e deve ser revisto visando ajustar à necessidade de cada turma ou algum imprevisto que ocorra ou ainda em decorrência da dificuldade de algum aluno com um determinado conteúdo ou metodologia adotada pelo professor.

3 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Segundo explicam Rios e Cária (2011), o Projeto Político Pedagógico tem várias finalidades e uma delas seria assegurar o papel transformador da escola, da educação. A esse

respeito, Vasconcellos (2004), pondera que de fato compete a esse documento transformar a realidade e resgatar o potencial da coletividade.

Trata-se de um documento único, de modo que cada escola deve construir o seu e não copiar aleatoriamente de outra unidade escolar. Na ótica de Tavares (2009) citado por Rios e Cária (2011), o Projeto Político Pedagógico é construído considerando-se a realidade da comunidade de entorno da escola, a cultura das comunidades das quais os alunos são oriundos, de modo que os conteúdos e a metodologia de ensino adotadas na escola correspondam aos anseios dessa comunidade.

Vê-se, portanto, que o PPP da escola contribui para que a escola se defina, estabeleça suas metas, seus objetivos. Gadotti (2000), ao tratar do assunto, comenta que um projeto político-pedagógico não exclui o instituído da escola que é a sua história, nem o conjunto dos seus currículos, dos seus métodos, o conjunto dos seus atores internos e externos e o seu modo de vida. Um projeto sempre confronta o que a escola era e o que ela pretende ser diante das mudanças ocorridas na sociedade. O referido autor pontua também que não cabe só aos professores, coordenadores pedagógicos e diretores a construção do projeto político, mas que numa gestão democrática ele é construído pelos membros da escola e pelos membros da comunidade escolar, representados pelo Colegiado Escolar.

Para Veiga (2001), o Projeto Político Pedagógico deve se apoiar em alguns princípios norteadores para que tenha legitimidade tanto na escola, quanto nas instituições às quais a escola responde. Os princípios que devem nortear o PPP precisam estar ligados aos princípios que norteiam a escola democrática, pública e gratuita. Quais sejam:

1. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
2. Qualidade para todos, não levando em conta o perfil socioeconômico do aluno; a qualidade que se busca implica as dimensões formal ou técnica e a política;
3. Gestão democrática, esse princípio compreende as dimensões pedagógica, administrativa e financeira da instituição de ensino. Tem em conta também a participação da comunidade escolar nas tomadas de decisões em que envolvem o espaço escolar;
4. Liberdade, entendida nesse contexto como uma ideia de autonomia, que consiste na divisão da responsabilidade sobre a construção do PPP entre todos que fazem parte da comunidade escolar formada por gestores, professores, funcionários e alunos;
5. Valorização do magistério. Esse princípio é um ponto importante dentro do PPP, já que para que os objetivos de ensino aprendizagem passam pelo professor, dessa forma, a qualidade do ensino ministrado na escola depende da formação inicial e continuada recebida pelo professor. Além disso, a escola deve oferecer condições de trabalho e recursos adequados para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem em seu espaço.

Sendo assim, conforme Veiga (2001), os princípios norteadores visam garantir a viabilização da aplicação do PPP no espaço escolar, no entanto, nem sempre o que é proposto no papel se efetiva na dinâmica da escola, na realidade.

Apesar de toda comunidade escolar participar da construção do Projeto Político Pedagógico, trataremos apenas de dois atores de importância singular: o gestor escolar e o professor. O primeiro por ser a pessoa que lidera a escola e a quem compete instaurar um clima de participação, de construção coletiva do PPP e do planejamento na escola. O segundo por ser a pessoa que efetiva o PPP em sala de aula por meio da seleção de conteúdos e métodos de ensino.

Segundo a LDB, o diretor ou gestor escolar deve ser um articulador dos integrantes de uma equipe que deve trabalhar em prol do desenvolvimento e crescimento dos alunos, além de direcionar estratégias de deliberação de ações, direitos e deveres (BRASIL, 1996).

Um gestor escolar tem como sua principal função, na administração, liderar com competência a todos, visando manter no ambiente escolar atividade harmoniosa, participativa e produtiva, além de saber delegar e acompanhar as tarefas cotidianas com ponderação, para transformar a teoria em ação.

Na percepção de Alonso (1988), um bom administrador ou um bom gestor escolar é aquele que compreende o conjunto organizacional, ou seja, a escola como uma realidade global; que consegue adaptar a escola às novas exigências sociais, que decide de modo racional, tomando como parâmetro para suas decisões, informações providas das mais variadas fontes.

Cabe ao gestor escolar administrar os recursos da unidade de ensino (materiais, financeiros e de pessoal) de modo assegurar o alcance das metas e objetivos propostos no Planejamento Político Pedagógico. É também de sua responsabilidade estimular e possibilitar aos professores à participação na construção do PPP para que de forma democrática possam retratar neste documento o que a instituição de ensino pretende desenvolver e que cidadão deseja formar.

Segundo comentam Cardoso e Toscano (2011), o professor exerce, no contexto escolar, uma atividade de mediação pedagógica. Essa mediação tem como meta possibilitar a ampliação da cultura do aluno a fim de que este possa intervir de modo crítico em sua realidade e através da interação com outros indivíduos possa modificá-la.

Diante do exposto, observa-se que o papel do professor é intencional, é político, jamais neutro. Ele atua de modo a fornecer mecanismos para que o aluno se aproprie dos saberes científicos, dos conhecimentos construídos historicamente.

Cardoso e Toscano (2011) ao tratar do papel do professor, explicam que o foco da mediação deste não é o conteúdo curricular por si só, mas o uso do pensamento para aprender, a fim de que os saberes discutidos sejam uma mera lembrança, mas se torne uma informação que o aluno não esqueça e que seja útil em seu cotidiano.

Para que isso ocorra, porém, Moysés (1995) apoiada nas ideias de Vygotsky considera que tudo aquilo que o aluno vai aprender na escola precisa ser planejado, sistematizado, intencionalmente conduzido pelo professor.

Em virtude disso, Cardoso e Toscano (2011, p.3) declaram ser extremamente importante que haja “uma ação pedagógica consistente” e “bem fundamentada teoricamente” para que o docente venha a exercer de modo satisfatório o seu papel de mediador. Certamente, é indispensável que o professor fundamente a sua prática pedagógica em um planejamento bem elaborado que atenda às reais necessidades do aluno e que possibilite uma formação que o habilite a intervir na sociedade com vistas a sua transformação.

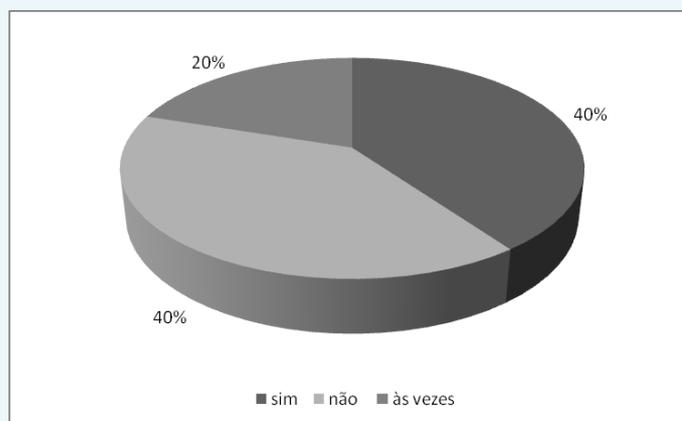
4 METODOLOGIA E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa de abordagem quantitativa, por meio do procedimento metodológico exploratório, através da aplicação do questionário. A amostra foi constituída por 10 professores que atuam no segundo segmento do ensino fundamental, de uma escola da rede municipal, do extremo sul da Bahia. As análises dos dados coletados foram realizadas através de categorias estabelecidas previamente embasadas pelo referencial teórico e das respostas evidenciadas pelos sujeitos pesquisados.

Para atingir os objetivos propostos, foi realizada a pesquisa por intermédio da aplicação do questionário estruturado, composto por dez questões, todas versando sobre a relação dos professores e o projeto político pedagógico, das quais foram priorizadas três delas. Os dados foram levantados quantitativamente, analisados e discutidos qualitativamente.

Na questão que se indagou se os professores da escola são estimulados e convidados a participarem do Projeto Político Pedagógico, apresentam-se os percentuais expressos no gráfico a seguir:

GRÁFICO 1 - Estímulo e Convite à participação do Projeto Político Pedagógico



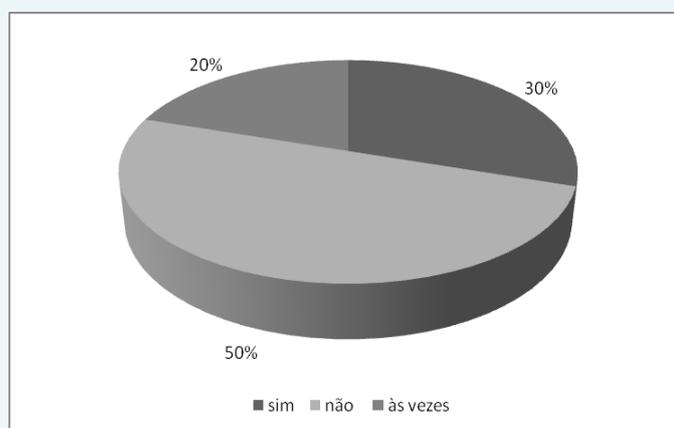
Fonte – Escola Pública Municipal do Extremo Sul da Bahia, 2012.

Nota – Pesquisa realizada pela própria autora.

Dos pesquisados, 40% responderam que sim, outros 40% que não e 20% disseram que às vezes são estimulados e convidados. Considerando que a elaboração do PPP deve ser uma ação democrática, apenas 40% dos professores se sentem convidados e estimulados a participarem de sua construção. De acordo com Larchert (2012), a escola possui o planejamento global que diz respeito às ações acerca do funcionamento administrativo e pedagógico. Para este planejamento, é preciso que haja a participação de todos os membros da comunidade escolar, ou seja, ele é construído coletivamente.

Quando perguntado aos professores quanto ao perfil do(a) gestor(a) escolar (se é democrático e se costuma valorizar e acatar as opiniões dos professores), obteve-se os seguintes resultados conforme gráfico abaixo:

GRÁFICO 2 - Perfil democrático do diretor e valorização e respeito às opiniões



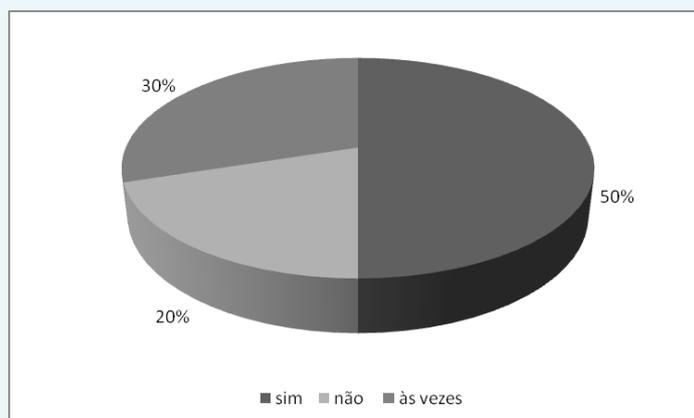
Fonte – Escola Pública Municipal do Extremo Sul da Bahia, 2012.

Nota – Pesquisa realizada pela própria autora.

Observa-se que 50% da amostra da pesquisa sinalizou que não, que o(a) diretor(a) da escola não apresenta um perfil democrático e não costuma valorizar e acatar as opiniões dos professores, contra 30% que disseram sim e 20% às vezes apresenta. Os resultados apontam que apenas 30% dos docentes responderam positivamente quanto à questão, o que é preocupante. Lück et al. (1998) comenta que nas escolas eficazes os diretores agem como líderes pedagógicos, apoiando no estabelecimento de prioridades, ajudando a construir o Projeto Político Pedagógico da escola, promovendo e participando de programas de aperfeiçoamento de funcionários e cooperando para manter um clima positivo nas relações humanas no espaço escolar.

E por fim, quando perguntado sobre o envolvimento e comprometimento com a execução do PPP, apresentam-se os percentuais expressos no gráfico a seguir:

GRÁFICO 3 - Envolvimento e comprometimento com a execução do Projeto Político Pedagógico



Fonte – Escola Pública Municipal do Extremo Sul da Bahia, 2012.

Nota – Pesquisa realizada pela própria autora.

Observa-se que 50% dos professores disseram que sim, que se envolvem e se comprometem com a execução do PPP, 30% responderam às vezes e 20% sinalizaram que não se envolvem e nem se comprometem. Percebe-se que apenas 50% dos questionados participam ativamente da execução do Projeto Político Pedagógico. A participação dos professores é de suma importância nessa fase do PPP, pois, o seu papel é fundamental no processo ensino-aprendizagem dos alunos. De acordo com Larchert (2012), compete ao professor escolher o que pretende ensinar, com qual finalidade, a fim de que o aluno venha a adquirir mais conhecimentos. A autora anteriormente citada comenta que para que isso venha

a ocorrer é preciso que o professor conheça e se comprometa com a realidade de seus alunos, conheça as perspectivas destes, para, a partir daí, definir sua proposta de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola para otimizar os seus recursos, definir as estratégias de formação do aluno e racionalizar o trabalho pedagógico depende de um bom plano de ação. Menegola e Sant'Anna (2001), ao tratarem do planejamento escolar alertam para o fato de que se trata de pensar numa realidade específica, na qual na maioria das vezes não dá para se prever os resultados ou escolher os resultados que se quer alcançar. Isso porque o processo educacional não envolve produtos prontos, acabados, envolve pessoas, com suas particularidades, sentimentos e histórias de vida.

Neste cenário escolar o Projeto Político Pedagógico (PPP) tem um papel importante. Nele deverão ser estabelecidos as metas e os objetivos da escola. A participação efetiva dos professores, gestores, alunos e comunidade é imprescindível pois retratará os desejos, a intencionalidade e as perspectivas de todos no que se refere a estruturação curricular, gerenciamento dos recursos, a organização do trabalho pedagógico dentre outros aspectos.

Por outro lado, o professor também deve estar comprometido e integrado com a equipe escolar para colaborar com a elaboração do Projeto Político Pedagógico bem como com a sua execução conforme foi projetado. O acompanhamento das ações pedagógicas por meio de avaliações também se faz necessário para redimensionar, quando possível, objetivando ao atendimento dos anseios dos alunos.

Por fim, verificou-se que, para muitos docentes, o gestor não apresenta um perfil democrático, pois, não valoriza e nem respeita as opiniões dos professores bem como, às vezes, provoca desconforto quando os docentes as emitem. Além disso, não estimula e nem convida, plenamente, seus professores a participarem do PPP. Talvez esta postura apresentada pelo gestor acarrete o não envolvimento e comprometimento de uma boa parte dos professores com a execução do Projeto Político Pedagógico. Sendo assim, percebe-se que o gestor precisa compreender melhor o seu papel para garantir a participação e o envolvimento pleno dos professores tanto na elaboração quanto na execução do PPP, alcançando de forma satisfatória os objetivos e metas da escola, possibilitando, sobretudo, a qualidade do processo ensino-aprendizagem dos alunos.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Myrtes. **O papel do diretor na administração escolar**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**: Lei n. 9.394/96. Disponível em: < www.mec.gov.br/legis/default.shtm >. Acesso em: 08 ago. 2017.

CARDOSO, Leila Aparecida Assolari e TOSCANO, Carlos. **A mediação pedagógica na sala de aula**: O papel do professor na construção do conhecimento. X Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. I Seminário Internacional de Representações Sociais Subjetividade e Educação – SIRSSE. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2011. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5829_2776.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O direito a educação**: um campo de atuação do gestor educacional na escola. 2008. Disponível em: < <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/jamilcury.pdf> >. Acesso em: 08 ago. 2017.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de Farias; SALES, Josete de Oliveira Castelo Branco; BRAGA, Maria Margarete Sampaio de Carvalho Braga; FRANÇA, Maria do Socorro Lima Marques. **Didática e docência aprendendo a profissão**. Brasília: Liber Livro, 2009, p.55-69.

GADOTTI, Moacir. et al **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

LARCHERT, Jeanes Martins. **Organização do trabalho escolar**. Ilhéus: Editus, 2012.

LEAL, Regina Barros. Planejamento de ensino: peculiaridades significativas. **Revista Iberoamericana de Educación**, p. 1-7, 2006(?). Disponível em: <<http://www.rieoei.org/deloslectores/1106Barros.pdf> >. Acesso em: 30 jul. 2017.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1998.

LÜCK, Heloísa; FREITAS, Kátia Siqueira de; GIRLING, Robert. **A escola participativa**: o trabalho do gestor escolar. 2 ed. Rio de Janeiro: Brasília, DF: DP&A Editora; UNICEF: CONSED, 1998.

MAXIMIANO, Antônio . Cesar A. A. **Introdução à Administração**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANA, Ilza Martins. **Por que planejar? Como planejar?** Currículo – área – aula. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOYSÉS, Lúcia Maria. **O desafio de saber ensinar**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

NÉRICI, Imédeo Giusepe. **Didática uma introdução**. São Paulo: Atlas, 1988.

NEY, Antonio. **Planejamento Educacional**. Rio de Janeiro: Instituto A vez do Mestre, 2009.

PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

RIOS, Denise Marques; CÁRIA, Neide Pena. **O professor e o projeto político pedagógico da escola**. 2011. Disponível em: < <http://www.artigonal.com/ensino-superior-artigos/o-professor-e-o-projeto-politico-pedagogico-da-escola-4954159.html> >. Acesso em: 30 jul. 2017.

TURRA, Clódia Maria Godoy et al. **Planejamento de ensino e avaliação**. 11. ed. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 1993.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Planejamento**: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 12. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2004.

VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 23. ed. Campinas: Papyrus, 2001.